

# NORMAS PARA PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região

- I -

## **O Conceito de Avaliação na Prática Psicológica: Possibilidades e Limitações Face ao Conhecimento Técnico e Científico Disponível**

A avaliação psicológica é uma função privativa do Psicólogo e como tal se encontra definida na Lei 4119 de 27/08/62 (letra “a”, do parágrafo 1º do artigo 13).

Avaliação, em Psicologia, refere-se à coleta e interpretação de informações psicológicas, resultantes de um conjunto de procedimentos confiáveis que permitam ao Psicólogo julgar um comportamento. Aplica-se ao estudo de casos individuais ou de grupos ou situações

São considerados como procedimentos confiáveis aqueles que apresentem alto grau de precisão e de validade. Entenda-se por precisão o grau de consistência do instrumento e por validade a capacidade para atingir os objetivos para os quais foi construído.

Há, na avaliação, procedimentos com regras e situações bem definidas e um código operacional de tal forma que permita a qualquer psicólogo-examinador chegar ao mesmo resultado obtido por outro psicólogo. Há outros procedimentos que exigem a intervenção interpretativa do examinador, tais como julgar a adequação ou a categoria de uma resposta, segundo modelos existentes e que podem exigir, também, a apreciação das condições do exame e julgamento de fatores externos, facilitadores ou bloqueadores das tarefas propostas.

Existem muitas variações nas técnicas de avaliação. Em um extremo, estão os testes que já passaram por várias revisões baseadas em muitas pesquisas. Um teste assim pode fornecer dados normativos baseados em milhares de casos classificados em subpopulações. No outro extremo, estão os procedimentos que fornecem

avaliações baseadas em várias pistas observadas de forma assistemática.

O objetivo da avaliação psicológica pode cobrir diferentes aspectos do comportamento tais como interesses, atitudes, aptidões, desenvolvimento e maturidade, condições emocionais e de conduta e personalidade em geral, bem como reações face a determinados estímulos ou situações, espontâneas ou previamente planejadas.

A avaliação pode ser usada para muitas finalidades, destacando-se seu uso na orientação psico-pedagógica, seja no campo familiar, escolar ou empresarial, na orientação vocacional e educacional, na seleção e treinamento de pessoal, na formação de equipes ou agrupamentos humanos, nas atividades sociais, profissionais e econômicas, no trabalho, no lazer e no esporte, na clínica educacional ou psicológica, na prevenção ou tratamento de distúrbios psicológicos e na psicoterapia. E usada, igualmente, para fins de estudo sobre o comportamento humano, em experiências e pesquisas científicas no campo da psicologia ou em assuntos psicológicos ligados a outras ciências. Aplica-se também na Justiça, nas Relações de Trabalho, nos Serviços Sociais e em todas as atividades nas quais o comportamento psicológico de indivíduos ou de grupos possa ser fator relevante.

## II

### **Natureza Genérica dos Instrumentos de Avaliação: Testes Psicológicos, Questionários, Inventários, Entrevistas, Observações Situacionais e Outros Recursos**

Entre os instrumentos de avaliação psicológica, os mais conhecidos são os testes psicológicos.

Um teste psicológico é definido como uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento. Essa definição enfatiza alguns aspectos, ou seja:

- 1) O fato de ser uma medida objetiva e padronizada implica na necessidade de que todos os sujeitos realizem uma mesma tarefa deve haver uniformidade no processo de aplicação, ou seja, instruções e material e de

avaliação, isto é, as respostas devem ser julgadas pelos mesmos critérios e o resultado é interpretado de acordo com determinadas normas.

- 2) Considerar uma amostra de comportamento implica em economia no tempo de avaliação. Além disso, deve ser uma amostra de comportamento cuidadosamente escolhida e não uma amostra qualquer. Em geral, constitui-se em uma medida indireta da capacidade, função ou traço que se pretende avaliar.

Existem vários critérios para classificação dos testes psicológicos. Um deles considera as características que o teste pretende avaliar. Dessa forma, os testes poderiam ser classificados em escalas ou testes de desenvolvimento, testes de inteligência, testes de aptidões, testes de aproveitamento ou rendimento escolar, de prontidão, testes educacionais, entrevistas, testes neuro-psicológicos, testes de personalidade (técnicas projetivas, expressivas e outras).

Os testes ou escalas de desenvolvimento procuram avaliar o processo evolutivo do comportamento humano sob vários aspectos, tais como: social, mental, psicomotor, emocional ou o desenvolvimento em geral. Os testes de desenvolvimento mental são mais conhecidos como testes de inteligência.

Os testes de inteligência procuram obter uma estimativa global do desempenho intelectual através de tarefas que representem funções cognitivas importantes.

Os testes de aptidões avaliam um conjunto de características sintomáticas da habilidade com que um sujeito pode adquirir conhecimentos, dotes, destrezas. Permitem construir um perfil que revela aspectos fortes e fracos da capacidade de desempenho de um indivíduo em certas tarefas.

Os testes de personalidade geralmente referem-se s características tais como o ajustamento emocional, relações sociais, motivação, interesse e atitudes, traços de personalidade e sua dinâmica. Podem ser divididos em questionários ou inventários, técnicas projetivas e testes situacionais ou de realização. Nas técnicas projetivas o sujeito deve realizar uma tarefa relativamente não estruturada que permite uma variedade quase ilimitada de respostas possíveis. Na realização dessa tarefa o

sujeito projetará suas formas características de respostas.

Os questionários ou inventários são constituídos de perguntas padronizadas, onde o sujeito geralmente tem como possibilidade de resposta o “sim, o “não” ou a “dúvida”.

Nos testes situacionais, ou de realização, o sujeito deve executar tarefas específicas que geralmente reproduzem situações da vida real.

Os métodos e técnicas acima descritos poderão ser complementados por outros instrumentos de avaliação, tais como: entrevistas, provas situacionais, técnicas de dinâmicas de grupo e outros.

A entrevista é concebida como uma conversação dirigida a um propósito definido de avaliação. Apesar de suas vantagens, está sujeita a interpretações subjetivas do examinador (valores, estereótipos, preconceitos, etc.). Há entrevistas estruturadas, semi-estruturadas e livres.

A prova situacional coloca a pessoa numa situação de simulação semelhante à da vida real e tem a finalidade de avaliar o comportamento do sujeito e formar juízo sobre seu desempenho futuro em determinada tarefa ou situação.

Como as entrevistas e as provas situacionais estão mais sujeitas a interpretações subjetivas, devem ser sempre acompanhadas por outros procedimentos de avaliação que diminuam os riscos de erros de julgamento.

### - III -

#### **Qualidade e Segurança dos Instrumentos de Avaliação:** **Adaptabilidade (Sensibilidade), Precisão, Validade, Normas.**

Os instrumentos de avaliação em Psicologia se dividem basicamente em dois grandes grupos os clínicos e os psicométricos.

Os instrumentos clínicos são aqueles em cuja avaliação o psicólogo se baseia no conhecimento da teoria na qual o teste se fundamenta e em sua experiência

peçoal e profissional, o que lhe permite chegar a diagnósticos clínicos. Há sempre a expectativa de que dois psicólogos clínicos, com experiência e formação comparáveis, devam chegar a resultados similares, examinando os mesmos indivíduos, com técnicas similares.

Os instrumentos psicométricos estão basicamente fundamentados em valores estatísticos que indicam sua sensibilidade (ou adaptabilidade do teste ao grupo examinado), sua precisão (fidedignidade nos valores quanto à homogeneidade e estabilidade dos resultados) e validade (segurança de que o teste mede o que se deseja medir).

### **Adaptabilidade ou Sensibilidade**

Supostamente, os traços psicológicos, como a maioria dos traços humanos, se distribuem de acordo com a curva normal de probabilidades (ou curva dos erros acidentais). Desta forma, para que um teste possa ser um bom instrumento, a condição básica é que ele tenha distribuição normal (ou quase normal). Esta característica pode ser obtida utilizando-se de um número relativamente grande de itens, com dificuldades variando desde muito fáceis até muito difíceis.

### **Precisão**

A precisão ou fidedignidade é a característica do instrumento de medida de apresentar pares de resultados, similares para cada indivíduo, quando o teste é reaplicado ao mesmo grupo. Na prática, a precisão é vista sob dois aspectos principais: homogeneidade e estabilidade (no tempo). Geralmente é representada por um coeficiente de correlação que, neste caso, é denominado coeficiente de precisão.

Pormenores sobre os procedimentos estatísticos relacionados com precisão e validade podem ser obtidos nos compêndios de estatística psicométrica ou nos

manuais dos respectivos testes.

## **Validade**

Validade é a característica que tem o teste de medir aquilo que ele se propõe a medir. A maioria dos testes psicológicos visa medir constructos hipotéticos, cuja definição e pressuposições teórico-comportamentais apresentam relações diretas e previsíveis em termos probabilísticos.

Existem dois tipos de validade: validade de constructo e validade empírica ou de diagnóstico.

## **Normas**

Os resultados dos testes psicológicos são interpretados através de normas, ou seja, pelo conjunto de resultados obtidos em amostras de padronização. A amostra de padronização ou normativa constitui-se em um grupo representativo de pessoas às quais o teste foi aplicado. Para determinar mais precisamente a posição de um indivíduo em relação à amostra de padronização, o resultado bruto é transformado em alguma medida relativa. Dessa forma o resultado pode ser comparado com a amostra normativa e com o resultado de outros testes.

É essencial que a amostra de padronização seja suficientemente grande e representativa da população com a qual se quer comparar o resultado. Para que uma norma possa ser utilizada com confiança é necessário saber quais os critérios considerados na obtenção da amostra e quais as suas características, tais como: sexo, idade, escolaridade, classe social, etc.

Qualquer norma é restrita à população da qual foi derivada. Elas não são absolutas, universais ou permanentes. Dependendo da população para quem as normas foram estabelecidas, elas podem ser nacionais, regionais, locais ou

especializadas.

As normas em geral são expressas em: normas de idade, em percentis e em valores expressos em termos de desvio-padrão.

- IV -

### **A Escolha dos Instrumentos de Avaliação**

A escolha de um instrumento psicológico para avaliação de um sujeito ou de uma determinada população deve levar em conta vários aspectos:

1. Que atributos ou características se quer avaliar?
2. Quais os testes que avaliam tais atributos ou características e sua disponibilidade no mercado?
3. Considerar a idade, sexo, nível de escolaridade, nível socio-econômico, origem (rural ou urbana), profissão, condições físicas gerais, presença de deficiências físicas especiais (determinar alternativas), nacionalidade, necessidade de equipamentos especiais para sua aplicação, tais como slides, projetor, mesa especial, etc.
4. Considerar as características psicométricas do instrumento a ser utilizado, tais como: sensibilidade, validade, precisão e existência de normas específicas ou gerais na população brasileira.
5. Considerar se os parâmetros psicométricos do teste escolhido foram padronizados pelo(s) autor(es) e pesquisador(es), levando-se em conta determinados objetivos.
6. O psicólogo deve utilizar-se do material original da Editora, que é responsável pela qualidade e homogeneidade das várias edições. Material copiado por qualquer processo existente não só introduz variáveis incontroláveis, como invalida o instrumento.
7. Uma das condições importantes na escolha do instrumento a ser utilizado

está na familiaridade do psicólogo com o mesmo. Alguns instrumentos que medem características um pouco mais simples e que são avaliadas, basicamente, apenas quantitativamente (dependem, portanto, de um simples crivo de correção) podem ser apreendidos pela leitura cuidadosa dos MANUAIS. Outros instrumentos, cuja avaliação envolve aspectos quantitativos, julgamentos de terceiros, etc., não podem simplesmente ser escolhidos pelo psicólogo. É indispensável, portanto, que o psicólogo escolha instrumentos que domine. Somente assim terá condições de defender a cientificidade de seu trabalho e subsidiar, em caso de contestação judicial, a validade do mesmo. É importante que esteja atualizado com a literatura existente sobre o instrumento.

- V -

### **Aplicação e Avaliação dos Instrumentos**

1. As instruções para aplicação devem ser rigorosamente as constantes dos *MANUAIS* e determinadas pelo autor. QUALQUER modificação, introduzida pelo examinador INVALIDA os resultados obtidos. Deve ser utilizado o material padronizado, oficialmente impresso, respeitadas a ordem de aplicação e o limite de tempo rigorosamente controlado. As instruções, quer a aplicação seja coletiva ou individual, devem ser lidas para que se mantenha a uniformidade. Essa leitura deverá ser treinada pelo aplicador para se evitar inseguranças e imprevistos.
2. Necessidade de preparação prévia do examinador (veja, também, o item 7 do capítulo anterior). A familiaridade com o instrumento permitirá que o aplicador responda a todas as perguntas que apareçam.
3. Antes de iniciar uma aplicação, o psicólogo deverá organizar, só ou com toda sua equipe, o material que irá utilizar, verificar se todos os auxiliares estão presentes e preparados para a aplicação e se todos os objetos que

serão utilizados estão disponíveis.

4. O local ou locais onde os testes serão aplicados devem ter tamanho adequado, espaço para condições especiais (cadeira de rodas, por exemplo), iluminação, temperatura, arejamento, ausência de perturbações visuais e/ou auditivas, móveis e cadeiras adequadas e suficientes, entrada e saída fáceis e de acesso rápido.
5. É imperativo que se estabeleça uma relação positiva (*rapport*) e de camaradagem entre examinador(es) e examinando(s). Deve ser criado um clima de confiança e cooperação para que os resultados possam ser atingidos, sem influenciar as respostas do examinando.
6. Os cuidados com avaliação dos testes constam sempre dos MANUAIS. Se a avaliação for manual, deve sempre ser feita uma revisão global. Quando a avaliação requerer julgamentos de mais do que um juiz, deve-se estabelecer critérios para se obter fidedignidade nos resultados. Quando for utilizado um critério de corte para tomada de decisão, é necessário que o mesmo seja fundamentado teoricamente.
7. Sigilo - o Psicólogo deve atender a respeito do sigilo o que preceitua o Código de Ética, a Constituição e demais legislações vigentes do país, mantendo em arquivo, sob sua responsabilidade, o material utilizado na avaliação psicológica.
8. A aplicação, a avaliação e a interpretação de testes e outros instrumentos psicológicos são da responsabilidade do Psicólogo.

- VI -

### **Normas Gerais para Interpretação de Resultados e para Comunicação aos Interessados**

O resultado de uma avaliação psicológica deve ser interpretado como uma estimativa do desempenho ou do comportamento do examinando sob um dado

conjunto de circunstâncias. O psicólogo, ao analisar e interpretar os, deve considerar suas inter-relação, sua integração, as convergências e discrepâncias no contexto global dos dados obtidos.

É assegurado ao examinando informação sobre os resultados da avaliação. Todavia, deve-se considerar que a comunicação de certos estados psicológicos ou de comportamentos pode afetar o equilíbrio emocional ou de conduta. Está nesse caso a revelação de deficiências, de predisposições auto ou hetero-agressivas, de quadros neuróticos ou psicóticos graves ou assemelhados, ou mesmo de potencialidades ainda não percebidas pelo examinando. Nessa situação, o Psicólogo deverá transmitir as informações colhidas, considerando o nível de compreensão do examinando e suas condições psicológicas. Os resultados devem evitar a utilização de rótulos diagnósticos e serem apresentados em uma ou mais sessões explicativas

Em muitos casos, será imprescindível o contato pessoal com familiares ou com responsáveis.

Os resultados dos testes somente podem ser fornecidos ao próprio sujeito, aos seus responsáveis ou para a pessoa que solicitou o exame, sempre com o consentimento do sujeito.

A interpretação dos resultados dos testes deve ser feita com referência a um conjunto de normas apropriadas ao indivíduo testado e para as finalidades da testagem.

Ao dar o resultado do teste ao examinando, o Psicólogo não deve fornecer as respostas esperadas ou os critérios de avaliação, porque inviabilizaria o futuro uso do instrumento. O Psicólogo compartilha com o autor e com o distribuidor a responsabilidade de manter o sigilo do teste.

## **Laudos Psicológicos**

Os laudos psicológicos devem conter:

- a) Identificação do examinando com referência à idade, sexo, escolaridade e eventualmente outros dados.
- b) Tipo de testes psicológicos e/ou de técnicas empregadas.
- c) Resultados, com a especificação das normas utilizadas e dos critérios de interpretação, de acordo com as finalidades a que se destina.
- d) Considerações clínicas ou psicométricas sobre os resultados, quando for necessário.
- e) Identificação do psicólogo, nome, número de registro no CRP e outros dados exigidos pela legislação em vigor.

O Psicólogo é obrigado a manter, em seus arquivos, durante 5 ( cinco) anos a documentação técnica que fundamente os resultados por ele obtidos e o registro de todas as situações pertinentes à emissão destes resultados.